

APAV[®]



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

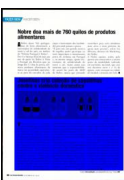
SETEMBRO 2018



APOIO



THE HOUSE OF PR



Josefinas cria coleção de sapatilhas contra a violência doméstica



You Can Leave é a designação assumida por uma coleção especial de sapatilhas da marca de calçado de luxo portuguesa Josefinas em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Ajudar na luta contra a violência doméstica, que em Portugal ainda afeta cerca de 14 mulheres por dia, é o objetivo desta iniciativa, através da qual a marca promete ajudar cinco mulheres em risco, durante um mês, por cada par vendido. Por cada conjunto de sapatilhas desta edição especial que seja vendido, a Josefinas compromete-se a proporcionar a cinco vítimas de

violência doméstica acolhidas em Casas Abrigo da APAV o acesso, além de casa e alimentação para si e para os filhos, a apoio psicológico, jurídico e social para ajudar no início de uma nova vida longe dos abusos.

“Qualquer mulher pode ser vítima de violência. É extremamente provável, se não 100% garantido, que conheçamos alguém que é, ou que já foi, alvo de maus-tratos psicológicos, verbais ou sexuais”, afirma Maria Cunha, CEO da Josefinas, explicando que a intenção da marca é “alertar para este flagelo, na grande maioria das vezes silencioso, e contribuir

para a luta contra o mesmo”.

Leave, Speak e Strong são os três modelos de sapatilhas que compõem a coleção da marca de luxo nacional, sendo comercializados por 298 euros. A inspiração para o *design* da coleção

são as etiquetas de vestuário. Como explica Maria Cunha, “tal como uma peça de roupa trivial, parece tornar-se essencial que cada ser humano venha com uma etiqueta de ‘como cuidar’ para que não seja destruído por outra pessoa”. “As três sapatilhas You Can Leave partilham cinco símbolos que mostram como cuidar e estão impressos para que ninguém se esqueça que, numa relação, que deveria ter por base o amor, o cuidado e o respeito mútuo, não há lugar para violência, culpa, vergonha, intimidação ou controlo”, afirma ainda a responsável. ■



APAV reached almost 4,700 children in the last 5 years

The Portuguese Association for Victim Support has reached in the last five years 4,687 children and youths, victims of 8,035 crimes, registering a rise in support requests for sexual crimes against children and youths, in 2016 and 2017.

In the report "Statistic: Children and Youths Victims of Crime and Violence 2013-2017", APAV states it reached almost 4,700 people, between 2013 and 2017, when 1,268 crimes were accounted for.

Of all the support requests made to the association, in 2,850 of cases the victim was a son/daughter of the perpetrator. In 234 cases it was a classmate, in 120 it was an acquaintance and in 105 it was a grandchild. And 74 percent of the acts of violence were in a domestic context, predominantly psychological and physical violence.

APAV also added that it registered a 30 percent to 60 percent increase, between 2016 and 2017, of crimes of a sexual nature against children and youths.

However, there was a decrease in occurrences in children aged 10 or less in 2016 and 2017, as opposed to the increase of support requests for children between the ages of 11 and 17.

TPN/Lusa

Lagoa recebe as V Jornadas APAV Açores contra a Violência



A cidade de Lagoa será palco das V Jornadas APAV Açores contra a Violência, numa organização da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O evento terá lugar no Cineteatro Lagoense, mais concretamente dia 15 de novembro.

Após quatro edições em Ponta Delgada, a Lagoa recebe, pela primeira vez, um dia de discussão e reflexão sobre temáticas do âmbito do apoio a vítimas de crime, bem como da prevenção da vitimação e da violência.

No evento, que irá reunir diversos especialistas, serão abordadas três áreas principais: Violência Filioparental, Apoio Online a Vítimas de Crime e Violência contra Pessoas com Deficiência Intelectual e/ou Multideficiência.

Serão oradores: Ana Filipa Nabais, Andreia Cardoso, Catarina Machado, Cristina Calisto, Joana Quental Vasconcelos, Manuela Santos, Maria Chaves Martins, Maria de Oliveira, Maria José Martins, Pedro Gomes, Raquel Rebelo, Rui Melo, Sílvia Branco e Sónia Braga.

Os moderadores serão João Oliveira e Pedro Almeida.

Para participar no evento, a decorrer entre as 09h00 e as 16h45, é necessário inscrição que tem um custo de 5€.

Recorde-se que “a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sem fins

lucrativos, que tem como missão apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais, bem como contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Um crime, qualquer que este seja, provoca uma perturbação na vida da vítima e coloca em causa o seu bem-estar, a sua liberdade pessoal, a sua honra e a vida privada. Ao atentar contra a pessoa, o crime atenta também contra aqueles que são os seus direitos mais fundamentais enquanto Ser Humano. Por isso profissionais, sensibilizados e informados que intervêm direta ou indiretamente com vítimas de crime e violência contribuem, desta forma, para a prestação de um apoio competente e qualificado a todos/as os/as cidadãos/ãs vítimas de crime.

A par da necessidade sentida pela Associação no âmbito da promoção de um espaço para reflexão e debate sobre diversas temáticas de intervenção relacionadas com o crime e violência, motivou o desenvolvimento de um trabalho de consciencialização e sensibilização de diferentes públicos, nomeadamente profissionais, promovendo, para o efeito, as Jornadas contra a Violência.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

APAV critica religião que apela à violência

POLÉMICA ♦ Testemunhas de Jeová pedem sacrifício durante o casamento
EXPLICAÇÃO ♦ Associação Jeová diz considerar “repulsiva” a violência

FRANCISCA GENÉSIO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) alertou ontem que nenhuma religião deve incentivar alguém a suportar qualquer tipo de violência. Em causa está a última edição da revista ‘Sentinela’, da Associação das Testemunhas de Jeová, que apela ao sacrifício das mulheres pela relação matrimonial.

Segundo a publicação, que aborda o casamento e divórcio, podem haver casos em que “talvez ele [marido] costuma

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ REJEITAM QUALQUER RESPONSABILIDADE

bater nela, colocando a saúde ou a vida dela em perigo”, lembrando no entanto que “outros cristãos passaram por situações parecidas e decidiram não se separar. Preferiram perseverar e se esforçar para melhorar o casamento”. Ao **CM**, Daniel Cotrim, psicólogo clínico e representante da APAV, explica que “a violência retira a felicidade e a esperança e, sem querer colocar em causa os crentes de cada religião, é necessário ter aten-



Portugal conta com cerca de 50 mil Testemunhas de Jeová

ção às palavras que se diz, devido à influência que estas podem ter na vida das pessoas”. Confrontada pelo **CM**, a Associação de Testemunhas de Jeová rejeita qualquer responsabilidade de “incentivar” as mulheres a suportar violência, referindo que

considera “repulsiva toda e qualquer forma de violência” sublinhando, no entanto, que “é da responsabilidade de cada pessoa tomar as suas próprias decisões”, no que diz respeito à interpretação dos textos da revista. ●

NO DIA 25 DE SETEMBRO, NA BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA

APAV promove seminário sobre serviços de apoio à vítima

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove no próximo dia 25 de setembro, pelas 14h00, o Seminário "A Vítima e os Serviços de Apoio", no Anfiteatro da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga. Trata-se de um evento integrado nas comemorações dos 25 anos do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, inaugurado no ano de 1993.

O seminário tem o apoio da Câmara Municipal de Braga e visa promover a proteção e apoio a vítimas de crime, seus familiares e amigos, contribuindo para que os técnicos de diversas entidades reconheçam o fenómeno, bem como conheçam da existência de serviços de apoio à vítima.

O evento vai contar com a presença de representantes de várias entidades, pretendendo-se que constitua um momento de informação, na medida em que haverá lugar



O seminário decorrerá na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva

para explanação de procedimentos adotados pelas entidades com competência no âmbito do apoio a vítimas de crime, mas também de partilha e reflexão para todos.

A APAV tem como missão apoiar as vítimas de crime, suas famílias e ami-

gos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Para a realização do seu objetivo, a APAV propõe-

-se promover a proteção e o apoio a vítimas de infrações penais, em particular às mais carenciadas, através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico.



ID: 76674403

09-09-2018

Comportamentos

Devem os casais partilhar palavras-passe?

Apesar do tempo que passamos online, há quem defenda que nunca estivemos tão sozinhos. Na nova rotina dos dias, devem os casais partilhar códigos pessoais? Será esse um voto de confiança ou de controlo?

CLÁUDIA PINTO
Notícias Magazine/Açoriano Oriental

Filipa Alves da Mota tem 33 anos. O marido Tiago Mota tem 31. Estão casados há dois anos. Ambos tinham contas individuais de Facebook e optaram por criar uma nova, em conjunto. Juntaram o primeiro nome de ambos e estava dado o mote para a partilha. “O email também é o mesmo. Sabemos também as ‘passwords’ dos telemóveis de cada um apesar de não acedermos aos mesmos. Se precisarmos de usar o dispositivo um do outro, avisamos antecipadamente, por uma questão de respeito.”

Deve ou não o casal saber as palavras-passe um do outro? Que implicações tem o acesso livre ao mundo íntimo e individual do(a) companheiro(a)? Não há regras estabelecidas.

O que funciona para algumas pessoas pode não resultar necessariamente com outras. No início de um relacionamento há maior desconhecimento e dúvida. A confiança adquire-se com o passar do tempo. “Se os casais optarem por dar livre acesso com a tranquilidade suficiente por se terem estabelecido hábitos de confiança, e se isto acontece de forma natural, não há grande problema. Se por outro lado houve essa exigência e foi algo imposto, já entramos num patamar diferente, de uma relação que deixa de ser saudável para passar a ser doente”, defende a psicóloga clínica. Pode ser então um sinal de que algo não está bem.

Filipa confessa que já foi criticada pelas opções que tomou. “Não vejo nada de mal na partilha de ‘passwords’, é uma opção de cada um. Não critico as opções dos outros mas sou alvo de comentários constantes”, conta. No caso do seu relacionamento, considera que é um voto de confiança. Os problemas só surgem quando um deles quer fazer uma surpresa ao outro. “Como as mensagens são vistas por ambos, se queremos organizar algo ou comprar um



DIREITOS RESERVADOS

presente, não podemos usar essa conta ou fazê-lo através do Facebook”, acrescenta.

O bom senso é rei

Sendo verdade que, numa relação, a liberdade nunca será total, havendo cedências a fazer de parte a parte, o bom senso deve reinar. Esse é um dos apelos que Rosa Amaral faz nas suas consultas. Hoje em dia, a maioria das pessoas traz o mundo no telemóvel, que é o mesmo que dizer que tem no aparelho as várias redes sociais e também os emails pessoais e profissionais.

“Mas não é pelo facto de se optar por não ter nenhum código ou ‘password’ que isso implique que o outro aceda indiscriminadamente. Não há nada a esconder, existe este desbloqueio, mas há o pressuposto de que o outro também não consulta ou não acede. Esta é a maior liberdade que se pode ter”, defende a psicóloga clínica.

Quando se exige ao outro acesso ilimitado, não demorará muito até que a situação comece a escalar para outros tipos de problemas.

A psicóloga clínica chega a re-

ceber casais em consulta que admitem ter uma aplicação que permite ver tudo o que o dispositivo do(a) companheiro(a) contém a partir do seu e com o devido consentimento. Existe também quem aceda ao dispositivo do outro sem a devida autorização, e aí já se poderá estar a entrar numa situação de violência conjugal ou no namoro.

O direito à privacidade é individual, cada casal terá as suas opções e decisões, mas a psicóloga clínica defende que todos precisamos de um espaço secreto na nossa vida: pequenas coisas, segredos, fantasias.

Quando o controlo é violência

Só em 2016, a PSP recebeu 1787 casos de violência no namoro entre jovens e adultos. Os dados foram avançados no âmbito do Programa “Escola Segura”, registando-se um aumento em relação a anos anteriores.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) realiza algumas ações de sensibilização nas escolas e divulga regularmente mensagens de alerta considerando violência social quando o/a namorado/a acede sem consentimento às

contas de correio eletrónico, à página de Facebook ou consulta mensagens de telemóvel.

A APAV alerta para um estudo realizado em Portugal com 4 500 jovens de idades entre os 13 e os 29 anos, que constatou que um em cada quatro relataram ter sido vítimas de algum tipo de conduta abusiva pelo/a namorado/a.

A violência no namoro integra-se no quadro legal do crime de violência doméstica, no artigo 152.º do Código Penal. A associação chama à atenção para o facto de existirem “formas mascaradas de exercer poder e controlo sobre a outra pessoa que podem ser totalmente impercetíveis, exprimindo-se, por vezes, sob a forma de preocupação com o relacionamento e o bem-estar do(a) parceiro(a), podendo ser confundidas como manifestações de amor”.

As vítimas de violência no namoro podem procurar ajuda através da Linha de Apoio à Vítima 116 006 (chamada gratuita, das 9 às 19 horas), num dos gabinetes da APAV ou por email para apav.sede@apav.pt. Para mais informações, aceda ao portal da APAV. ♦

“Enquanto terapeuta de casal não sou incentivadora de as pessoas terem acesso livre às coisas dos outros porque cada um tem direito ao seu próprio espaço, aos seus segredos, ao seu mundo mais privado”, explica Rosa Amaral, psicóloga clínica, a fazer intervenção familiar e do casal na Clínica Europa, em Carcavelos. “Cada pessoa deve ter a sua privacidade e esse pedacinho de si próprio que não é acessível ao outro.”

“Não nos importamos com as opiniões. Podem até considerar que o fazemos por uma questão de controlo mas achamos precisamente o contrário. Significa que não temos nada a esconder...”

“Se dizem uma vez que sim, provavelmente vão ter novos pedidos de acesso por parte do(a) companheiro(a) que poderá querer ver ainda mais”, considera Rosa Amaral.

“Há que deixar as relações evoluírem partindo dos pressupostos de dar espaço ao outro, das regras de educação, do respeito mútuo”, conclui.

“Há pessoas que ficam reféns destas situações porque uma pessoa que se sente controlada vai-se sentindo cada vez menos livre e mais presa. Isto vai-se tornando complexo”, explica Rosa Amaral.



Açores querem perceber por que razão lideram na violência doméstica

Arquipélago açoriano tem sido sucessivamente a região do país com maior taxa de incidência de casos de violência doméstica. Em Dezembro, tem início um estudo para saber porquê

Crime
Márcio Berenguer

Arranca em Dezembro um estudo encomendado pelo governo regional dos Açores à Universidade Nova de Lisboa que pretende trazer uma nova leitura sobre a problemática da violência doméstica no arquipélago.

O Inquérito à Violência de Género – Região Autónoma dos Açores, que será coordenado pelo sociólogo Manuel Lisboa, director do Observatório Nacional de Violência e Género do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vai replicar o inquérito realizado na região autónoma, em 2009, pela mesma equipa.

“O Governo dos Açores tem apostado numa monitorização continuada da realidade da violência doméstica na região, recebida no contexto de respostas integradas existentes, assim como através da realização de estudos aprofundados desta matéria”, garante ao PÚBLICO a secretária regional da Solidariedade Social, Andreia Cardoso, explicando que o inquérito e o tratamento dos dados recolhidos vai levar cerca de um ano para estar concluído. A amostra, acrescenta, será composta por homens e mulheres com 18 ou mais anos, residentes no arquipélago. Um universo “estatisticamente significativo e comparável” com o estudo original.

Nos Açores, a questão da violência doméstica tem estado no centro do debate político nos últimos meses. Em Março, quando foi publicado o Relatório Anual de Segurança Interna relativo ao ano anterior, a região autónoma voltou, tal como em 2016, a ser a zona do país com a taxa de incidência mais elevada (4,3 por mil habitantes), contra os 3,9 da Madeira (a segunda taxa mais elevada), num ano em que a média nacional não ultrapassou os 2,5 casos por mil habitantes.

Por isso, o PSD local defende que é preciso fazer mais. No parlamento regional, os sociais-democratas



PAULO PIMENTA

Em 2016, a taxa de incidência de violência doméstica nos Açores foi de 4,3 por mil habitantes

Violência doméstica em 2017



Fonte: Relatório Anual Segurança Interna 2017

têm-se desdobrada em iniciativas. Já no início do ano, tinham entregue na assembleia açoriana um projecto de resolução a recomendar ao executivo a realização de um estudo sobre a violência doméstica e de género no arquipélago. Recentemente, quiseram saber em que estado estão os núcleos de apoio às vítimas de violência doméstica que, de acordo com o II Plano Regional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PRPCVDG), serão instalados nos três hospitais do arquipélago: Terceira, Faial e São Miguel.

“A nossa percepção é de que existem muitos casos que não são quantificados e como tal não entram nas estatísticas”, diz ao PÚBLICO o deputado Carlos Ferreira, notando que o período de vigência (2014-2018) do PRPCVDG está a terminar, e os núcleos não estão a funcionar.

O executivo desvaloriza estas preocupações. No Hospital do Espírito Santo da Ilha Terceira, adianta a se-

“**A nossa percepção é de que existem muitos casos que não são quantificados e como tal não entram nas estatísticas**”

Carlos Ferreira

Deputado

cretária regional, já foi iniciado, no ano passado, um projecto-piloto, que está a ser alargado ao Hospital da Horta. “Está prevista a implementação na ilha de São Miguel no próximo ano e o alargamento, faseado, às restantes ilhas do arquipélago no decurso de 2020”,

aponta Andreia Cardoso. Em cada núcleo, vai ser colocada uma equipa multidisciplinar. A ideia, é, “preferencialmente”, ter dois profissionais clínicos (um enfermeiro e um médico), um assistente social e um psicólogo.

Os objectivos estão identificados. Sensibilizar os profissionais de saúde para um papel mais activo na prevenção e detecção precoce de casos de violência doméstica; rastreio e encaminhamento de situações detectadas pelos serviços de saúde; e designação de um interlocutor nas várias estruturas de saúde, que irá articular os casos entre serviços.

Raquel Rebelo, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada da APAV, apoia o projecto. “Será uma mais-valia, porque permite às pessoas falarem dos seus problemas num contexto neutro”, justifica ao PÚBLICO, explicando que, muitas vezes, o facto de a queixa ter de ser apresentada numa esquadra inibe as vítimas. “Numa unidade de saúde, além da sensação de segurança que transmite, esse problema não se coloca. Qualquer pessoa, por qualquer motivo, vai a um hospital ou a um centro de saúde.”

Estes núcleos podem até fazer disparar as estatísticas, porque Raquel Rebelo aponta a “proximidade geográfica” dos serviços (esquadras e tribunais) como um dos factores que podem explicar a elevada taxa de incidência deste tipo de crime na região autónoma. “É mais fácil uma pessoa encontrar um local para apresentar queixa nos Açores do que, por exemplo, em Viseu.” Outro factor é a questão cultural, que continua a legitimar a violência com base em estereótipos de género.

Até ao início de Setembro, adianta a coordenadora do Gabinete de Apoio à Vítima, os serviços não detectaram um aumento de atendimentos em relação a 2017. Existem, sim, atendimentos de “maior complexidade” que têm obrigado a mais diligências para os resolver.

marcio.berenguer@publico.pt



APAV e Josefinas lançam atacadores solidários #ProudToBeAWoman

INICIATIVA Depois da colecção You Can Leave, concebida em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), a Josefinas lança os atacadores #ProudToBeAWoman (orgulho em ser mulher).

À semelhança das sapatilhas You Can Leave, as vendas dos atacadores revertem a favor da APAV: por cada 15 pares de cordões vendidos, a Josefinas contribui para apoiar cinco mulheres em risco, durante um mês, através da APAV.

O montante angariado des-



Por cada 15 pares vendidos, Josefinas apoia 5 mulheres em risco

DR

tina-se à rede de Casas de Abrigo da Associação, que acolhem mulheres e crianças vítimas de violência.

Os atacadores #ProudToBeAWoman são uma peça simples e acessível, e podem ser usados em qualquer par de sapatilhas. Têm o custo de 18 euros.

Todos os produtos You Can Leave, concebidos pela Josefinas em parceria com a APAV, estão disponíveis no sítio da Josefinas, em josefinas.com/pt/you-can-leave. ◀



APAV PROMOVE SEMINÁRIO

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove no próximo dia 25 de setembro, pelas 14h00, o Seminário “A Vítima e os Serviços de Apoio”, no Anfiteatro da Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga. Este evento está integrado nas comemorações dos 25 anos do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, inaugurado no ano de 1993. O seminário tem o apoio da Câmara Municipal de Braga e visa promover a proteção e apoio a vítimas de crime, seus familiares e amigos, contribuindo para que os técnicos de diversas entidades reconhe-



çam o fenómeno, bem como conheçam da existência de serviços de apoio à vítima.

O evento vai contar com a presença de representantes de várias entidades, pretendendo-se que constitua um momento de informação, na medida em que haverá lugar para explanação de procedimentos adotados pelas entidades com competência no âmbito do apoio a vítimas de crime, mas também de partilha e reflexão para todos os presentes. Para mais informações / inscrições (gratuitas) poderá contactar o Gabinete de Apoio à Vítima de Braga: apav.braga@apav.pt ou 253.610.091.



HAIR FASHION WEEKS NO JEAN LOUIS DAVID

De 17 a 30 de setembro, os salões Jean Louis David de todo o país voltam a ter as Hair Fashion Weeks, com descontos únicos. Serão duas semanas em que os serviços de cor e corte estarão disponíveis a preços especiais e, além disso, com uma campanha de solidariedade associada, que permite às suas clientes apoiar a APAV na luta contra a violência. Por cada pack vendido, reverte €2 em donativo a esta instituição.



APAV realiza seminário sobre serviços de apoio às vítimas

DEBATE A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove, na terça-feira, pelas 14h00, o Seminário "A Vítima e os Serviços de Apoio", no anfiteatro da Biblioteca Lúcio Craiveiro da Silva, em Braga.

Este evento está integrado nas comemorações dos 25 anos do Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, inaugurado no ano de 1993.

O seminário visa promover a proteção e apoio a vítimas de crime, seus familiares e amigos.



+ mais

O Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Braga foi o terceiro gabinete da APAV a ser inaugurado, depois de Lisboa e Porto. Surgiu da necessidade de prestar atenção e apoio especializado às vítimas de crime, contribuindo para uma sociedade mais justa e equilibrada, promovendo, em simultâneo, uma comunidade mais formada, informada e sensibilizada. No primeiro ano de actividade, o GAV Braga apoiou 55 vítimas, número que tem vindo sempre a aumentar. Entre 2000 e 2017, um total de 5 625 vítimas foram assistidas pelo GAV de Braga, sendo que 335 destas são relativas apenas ao ano passado.

APAV/Braga apoiou o ano passado 280 vítimas directas de crime

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA continua a ser o drama mais atendido no Gabinete de Apoio à Vítima da APAV em Braga. Estrutura está a completar 25 anos de actividade.

SOCIEDADE

| José Paulo Silva |

O Gabinete de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou, no ano de 2017, 280 vítimas directas de crime, revelou ontem, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, a coordenadora Marta Mendes. No seminário 'A vítima e os serviços de apoio', com o qual se assinalaram os 25 anos do Gabinete da APAV, aquela responsável apontou o "trabalho em rede" como estratégia obrigatória no apoio às vítimas directas e indirectas de crime.

Na área de intervenção directa do Gabinete sediado na Junta de Freguesia de S. Victor, que corresponde aos distritos de Braga e Viana do Castelo, os técnicos da APAV abriram 335 processos no ano transacto, identificando 771 crimes de diversa natureza. Para além dos recorrentes crimes de violência doméstica, são relevantes os casos de homicídio tentado e abuso de natureza sexual sobre crianças e jovens.

No seminário que assinalou os 25 anos do terceiro mais antigo Gabinete de Apoio à Vítima do país, o comissário Ricardo Amaral, do comando de Braga da PSP, informou que, no primeiro semestre deste ano, foram sinalizados por esta força de segurança, no distrito de Braga, 297 ca-



FLÁVIO FREITAS

Seminário 'A vítima e os serviços de apoio' assinalou 25 anos de intervenção da APAV em Braga

sos de violência doméstica, número que alinha os registos verificados em 2015, 2016 e 2017.

O ano passado, a PSP de Braga acompanhou 615 casos de violência doméstica, contra 612 em 2016 e 587 em 2015.

Ricardo Amaral sinalizou o aumento dos casos de violência doméstica sobre idosos nos anos mais recentes, se bem que as mulheres se mantêm como o

grupo mais vulnerável e este tipo de crime.

O comissário da PSP destacou também que mais de uma centena das denúncias de casos de violência doméstica são repetições de ocorrências anteriores e que em cerca de uma terça dos casos os crimes foram presenciados por menores.

Da parte da GNR, o cabo chefe Alberto Mendes apontou 80 cri-

mes de violência doméstica entre cônjuges e análogos em 2017. No primeiro semestre deste ano, os militares da GNR em serviço no distrito de Braga receberam 73 denúncias do mesmo tipo de crimes, o que configura uma tendência de subida deste fenómeno.

Participante no seminário organizado pela APAV, o vice-presidente da Câmara Municipal de

Braga, Firmino Marques, considerou de "extrema importância para a comunidade" a acção desenvolvida por aquela associação nos últimos 25 anos.

"Esta causa não deveria existir, mas todos somos poucos para dar corpo a esta batalha", declarou o autarca.

O 25.º aniversário do GAV de Braga tem sido assinalado com diversas iniciativas ao longo do corrente ano. A 12 de Abril foi inaugurada a renovação das instalações do gabinete.

JUSTIÇA

APAV defende criação de «crime de ódio»

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende que o «crime de ódio» passe a estar na lei portuguesa, afirmando que é uma realidade que precisa de ficar «a descoberto» porque acontece e as vítimas nem têm noção.

«Achamos que é altura de melhorar o quadro legislativo e passar uma mensagem muito clara de não permissão e combate. Para isso deve haver um crime que se chame 'crime de ódio', um crime novo», disse o presidente da APAV, João Lázaro, em declarações à Lusa à margem de uma conferência sobre o tema.

Da ocorrência de crimes de ódio, em que o agressor é motivado pela etnia, nacionalidade, orientação sexual ou religião do ofendido, «muito pouco se conhece».

«Está pouco a descoberto e é muito silenciado», afirmou, considerando que atualmente, muitas pessoas



alvo de violência ou ofensas discriminatórias «não se consideram vítimas nem disso têm noção».

Embora os números das queixas por discriminação cresçam anualmente em Portugal, João Lázaro considera que não é preocupante e alerta que a tendência «do mundo em que vivemos é o crescimento do crime de ódio e do discurso de ódio», especialmente quando tem na Internet um terreno em que

é difícil perceber que leis são quebradas e controlar a propagação desse tipo de mensagens sem violar liberdades fundamentais de acesso ao 'online'.

Sendo um crime específico, dar-se-ia um sinal de que «a comunidade em que se inserem tem preocupações em relação à violência discriminatória» e poderia levar potenciais vítimas a sentir que «podem chegar-se à frente, denunciar e participar às autoridades».

D.R.

APAV defende criação de 'crime de ódio'

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima defende que o 'crime de ódio' passe a estar na lei portuguesa, afirmando que é uma realidade que precisa de ficar "a descoberto" porque acontece e as vítimas nem têm noção.

"Achamos que é altura de melhorar o quadro legislativo e passar uma mensagem muito clara de não permissão e combate. Para isso deve haver um crime que se chame 'crime de ódio', um crime novo", disse o presidente da APAV, João Lázaro, em declarações à Lusa à margem de uma conferência sobre o tema.

Da ocorrência de crimes de ódio, em que o agressor é motivado pela etnia, nacionalidade, orientação sexual ou religião do ofendido, "muito pouco se co-



FOTO: DR

APAV quer que 'crime de ódio' passe a estar na lei portuguesa.

nhece".

"Está pouco a descoberto e é muito silenciado", afirmou, considerando que atualmente, muitas pessoas alvo de violência ou ofensas discriminatórias "não se consideram vítimas nem disso têm noção".

Embora os números das queixas por discriminação cresçam anualmente em Portugal, João Lázaro considera que não é preocupante e alerta que a tendência "do mundo em que vivemos é o crescimento do crime de ódio e do discurso de ódio", especialmente quando tem na Internet um terreno em que é difícil perceber que leis são quebradas e controlar a propagação desse tipo de mensagens sem violar liberdades fundamentais de acesso ao 'online'.



APAV pede juízes com mais formação em crimes sexuais



Protesto no Porto contra acórdão mobilizou centenas. Hoje há outro em Lisboa

Acórdão que mantém em liberdade homens que abusaram de vítima inconsciente “é um sinal perigoso”

Roberto Bessa Moreira
roberto.moreira@jn.pt

CRÍTICA A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) considera que a decisão do Tribunal Judicial do Porto, confirmada pelo Tribunal da Relação, de suspender a execução da pena de prisão aplicada aos dois homens condenados por abusar sexualmente de uma rapariga inconsciente, numa discoteca de Vila Nova de Gaia, é “um desfecho surpreendente, mas sobretudo um sinal perigoso”.

Num comunicado ontem difundido, a instituição pede, por isso, “um maior investimento na formação dos magistrados sobre estas matérias, não tanto no que se refere ao enquadramento legal que baliza o julgamento da causa, mas na análise mais vasta da factualidade em apreciação”. Isto para “mitigar alguns mitos e estereótipos sociais e culturais nefastos para uma boa decisão”.

O documento é sempre escrito num tom muito crí-

tico relativamente às decisões judiciais sobre o caso. “Avaliar, num caso desta natureza, a ilicitude como não sendo elevada pelo facto de os danos físicos serem inexistentes ou diminutos é não só incorreto como redutor”, diz a APAV. Incorreto porque a vítima “apresentou equimoses e hematomas em diversas partes do corpo” e redutor porque “os danos principais, mais profundos, mais duradouros e mais difíceis de ultrapassar neste tipo de crimes não são de natureza física, mas sim psicológica”.

CRIME TOLERADO

Ainda para a APAV, o facto de os tribunais terem salientado que o crime foi cometido numa “noite com muita bebida alcoólica” e após um suposto ambiente de sedução mútua é também “inaceitável e bem demonstrativo de visões de género estereotipadas e da consequente tolerância com que atos extraordinariamente violentos ainda são encarados no seio da nossa sociedade”. ●

PORMENORES

Vítima inconsciente

O caso ocorreu em novembro de 2016 e a vítima, de 26 anos, chegou a estar inconsciente por excesso de consumo de álcool, enquanto era abusada pelo porteiro e barman da discoteca.

Sindicalista subscreve

Uma das assinaturas no acórdão do Tribunal da Relação do Porto, que manteve suspensa a pena de quatro anos e meio de prisão para ambos os arguidos, é de Manuel Ramos Soares, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP).

ASJP defende acórdão

“Os tribunais não têm agendas políticas ou sociais, nem decidem em função das expectativas ou para agradar a associações”, defendeu a ASJP.

“ Suicídio, um flagelo das sociedades contemporâneas

Assinalou-se nesta segunda-feira, 10 de setembro, o Dia Mundial da Prevenção do Suicídio – um fenómeno que leva, todos os anos, a 800 mil mortes

Uma pessoa morre por suicídio a cada 40 segundos no mundo, o que significa cerca de 800 mil mortes por ano. Mas este é um fenómeno que abrange muitas mais pessoas: de acordo com a OMS, por cada suicídio ocorrido registam-se cerca de 20 tentativas. Estes números justificaram a criação do Dia Mundial da Prevenção do Suicídio (ou *World Suicide Prevention Day*), assinalado anualmente a 10 de setembro e instituído em 2003 pela Associação Internacional para a Prevenção do Suicídio (IASP), em conjunto com a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Federação Mundial para a Saúde Mental (WFMH).

De acordo com a OMS, o suicídio pode ocorrer durante todas as fases da vida, sendo, globalmente, a segunda causa de morte entre os 15 e os 29 anos de idade. No mesmo ano, o suicídio vel mundial, ortes, a num s capacidades socioeconoo mil mortes por ano. Contabilizou 1,4 % de todas as mortes, a nível mundial, tornando-se a 18.^a maior causa de morte. As médias nacionais relativas ao fenómeno parecem também ser influenciadas pelas características socioeconómicas dos países: em 2016, 79% dos suicídios no mundo aconteceram em países com baixos ou médios rendimentos. Em Portugal, as estatísticas acompanham de perto a tendência europeia, com uma taxa de 14 suicídios por cada 100 mil habitantes/ano (contra uma média europeia de 15.4).

O suicídio passou, nos anos 90, a ser abordado como um problema de saúde pública. A OMS alerta para a necessidade de implementação de medidas de prevenção a vários níveis – medidas que podem, efetivamente, diminuir o número de tentativas e de suicídios.

Que apoio está disponível?

De acordo com Bruno Brito, psicólogo da APAV, “cada pessoa que se suicida, normalmente, faz um pedido de ajuda antes.” Desta maneira, “estar atento, estar disponível para ouvir e, acima de tudo, estar disponível para ajudar é uma das melhores formas de conseguir prevenir este flagelo. Não é difícil estarmos atentos: é uma questão de perceber quais são os sinais e de fazermos com que estas pessoas, para além de se sentirem apoiadas, possam chegar à ajuda profissional o mais depressa possível. Esta é a melhor forma de prevenirmos este flagelo que é o suicídio.”

Por forma a reduzir o impacto da vitimação, a APAV disponibiliza ajuda presencialmente, de forma gratuita, confidencial, qualificada e humanizada, e apoio emocional e psicológico, bem como encaminhamento social. A APAV também disponibiliza a Linha de Apoio à Vítima – 116 006 –, uma linha de apoio gratuita.



APAV dinamiza workshop para Conselho de Ação Social de Mesão Frio

Volvidos 15 anos da abertura da casa de abrigo Sophia, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real, esta instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva e de utilidade pública, promoveu o workshop «Acolhimento de vítimas de violência doméstica em casas de abrigo», dirigido exclusivamente a técnicos do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Mesão Frio. A ação, que suscitou um espaço de partilha entre técnicos, realizou-se ontem, dia 25 de setembro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mesão Frio.

A ministrar o workshop esteve Elisa Brites, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima na APAV, que simultaneamente exerce funções como diretora da casa abrigo Sophia e Dália Santos, jurista da referida estrutura. As duas oradoras informaram os presentes sobre o regime jurídico aplicável à prevenção de violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas. Elucidaram, também, sobre o papel crucial das casas de abrigo na reestruturação da vida destas pessoas, locais seguros para que as mesmas, com ou sem filhos, possam permanecer, ter aconselhamento e ajuda relativamente aos seus direitos, proteção social, habitação, emprego, regulação das responsabilidades parentais, entre outros.

A iniciativa teve como objetivo fundamental, clarificar as dúvidas dos técnicos, estabelecendo uma abordagem ao processo do encaminhamento das vítimas de violência doméstica para as casas de abrigo. Para que o papel dos técnicos do CLAS seja ainda mais efetivo na área abrangida pelo município de Mesão Frio, foi reiterada a importância do levantamento de informação e das necessidades das vítimas que procuram apoio para, desta forma, agirem no terreno com respostas mais adequadas.

A violência doméstica continua a matar em Portugal

Existe, resiste e deve ser denunciada, combatida e erradicada. Saiba a quem se deve recorrer quando o assunto é a violência doméstica.



Jaqueline Silva, de 48 anos. É a mais recente vítima mortal de **violência doméstica**. De janeiro a agosto de 2018 foram 17 as mulheres portuguesas mortas pelas mãos de um antigo ou atual companheiro e, ainda que num balanço provisório face aos números registados em 2017, os primeiros meses deste ano já registam um **aumento** no número de mortes. Angelina, Céu, Margarida, Marília, Vera, Silvana, Nélia, Maria, Albertina, Maria de Lurdes, Ana, Arminda, Margarida, Etelvina, Olga e Ni são os nomes das "**mulheres às quais foi negado o direito à liberdade, à segurança, à proteção, à autodeterminação e, por fim, à própria vida**". Como se lê no relatório intercalar do Observatório de Mulheres Assassinadas (OMA), da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, a vida destas mulheres foi-lhes tirada "por meio de violência extrema, bárbara e cruel: esfaqueamento, asfixia, estrangulamento, espancamento, tiro e fogo".

Sejam **crianças, jovens, adultos ou idosos, mulheres ou homens**, heterossexuais ou não, sabe-se que a violência doméstica envolve todo e qualquer tipo de violência – **física, psicológica, sexual, patrimonial e moral** – utilizada num relacionamento por uma das partes, sobretudo para controlar a outra. Em caso de denúncia ou de queixa há que contactar as autoridades oficiais ou a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) que existe para ajudar.

15 DE SETEMBRO DE 2018

APAV promove a 12 de Outubro em Ponte de Sôr as I^{as} Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência



A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove em Ponte de Sôr, no próximo dia 12 de Outubro, as I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência. O evento terá lugar no Teatro-Cinema Municipal de Ponte de Sôr.

Pela primeira vez, o Alto Alentejo acolhe um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimização e da violência. "Esta é uma reflexão partilhada com os vários parceiros locais, revelando-se muito promissora na consolidação da presença da APAV neste território".

Três áreas principais

Os diversos especialistas reunidos no evento vão abordar três áreas principais: violência doméstica: da lei à intervenção; crianças e jovens vítimas de crime; e pessoas idosas vítimas de violência e de crime.

A sessão de abertura das Jornadas irá contar com a presença de Maria Manuel Leitão Marques (Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), de João Lázaro (Presidente da APAV) e de Hugo Hilário (Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sôr).

As inscrições, o programa e outras informações podem ser efetuadas e obtidas AQUI. © NCV



Jornadas contra a violência em Ponte de Sor

17/09/2018



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima — promove, no dia 12 de outubro, as Primeiras Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência, em Ponte de Sor. O evento terá lugar no Teatro-Cinema Municipal da localidade.

Pela primeira vez, o Alto Alentejo acolhe um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Esta é uma reflexão partilhada com os vários parceiros locais, revelando-se muito promissora na consolidação da presença da APAV neste território.

Os diversos especialistas reunidos no evento vão abordar três áreas: Violência Doméstica, da lei à intervenção; Crianças e Jovens Vítimas de Crime; e Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime.

A sessão de abertura das Jornadas conta com a presença de Maria Manuel Leitão Marques (Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), João Lázaro (Presidente da APAV) e Hugo Hilário (Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor).



I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência em Ponte de Sor

17/09/2018



I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência

12 de Outubro
Teatro-Cinema Municipal de Ponte de Sor

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – promove, no dia 12 de outubro, as I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência, em Ponte de Sor. O evento terá lugar no Teatro-Cinema Municipal de Ponte de Sor.

Pela primeira vez, o Alto Alentejo acolhe um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Esta é uma reflexão partilhada com os vários parceiros locais, revelando-se muito promissora na consolidação da presença da APAV neste território.

Os diversos especialistas reunidos no evento irão abordar três áreas principais: Violência Doméstica: da lei à intervenção; Crianças e Jovens Vítimas de Crime; Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime.

A sessão de abertura das Jornadas irá contar com a presença de Maria Manuel Leitão Marques (Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), João Lázaro (Presidente da APAV) e Hugo Hilário (Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor). O evento é gratuito mas carece de inscrição obrigatória.



Hair Fashion Weeks. O evento que junta beleza e solidariedade

24/9/2018, 14:48

Até 30 de setembro, ao cortar o cabelo está a contribuir para a APAV. Saiba como juntar o útil ao agradável nos salões Jean Louis David.

Esta é já a 8.^a edição do evento que leva as portuguesas a cuidar do cabelo e ainda a ajudar quem mais precisa. O Hair Fashion Weeks está de volta aos cabeleiros Jeans Louis David de todo o País até 30 de setembro, com o intuito de ultrapassar os 57 mil euros já angariados nas edições anteriores.

A iniciativa, que foi lançada em 2014, tem como objetivo criar a oportunidade de ir a um salão Jeans Louis David e fazer serviços de corte a preços mais acessíveis e ainda ajudar uma instituição, que este ano é a APAV.

Para isso, têm três opções diferentes. Um pack promocional, em que a cliente pode usufruir do serviço de corte e brushing por 20€, e **em que 2€ são para a APAV**, um voucher Hair Fashion Weeks que pode ser comprado já para ser usado entre 1 de outubro e 30 de novembro, ou a compra de um produto que esteja assinalado como Red Label, que acresce 50 cêntimos à doação para a instituição.

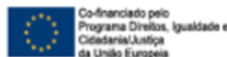
APAV promove conferência "Ódio Nunca Mais"

24 SETEMBRO 2018

NACIONAIS

CONFERÊNCIA ÓDIO **NUNCA** MAIS

APOIO A VÍTIMAS DE CRIMES DE ÓDIO



26 SETEMBRO

A APAV promove, a **26 de setembro**, a **conferência "Ódio Nunca Mais: Apoio a Vítimas de Crimes de Ódio"**, no auditório do Campus da Justiça (Lisboa). O evento tem início pelas 9.30, com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, e do presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e do Victim Support Europe, João Lázaro.

Os crimes de ódio são dos tipos de crime menos reportados às autoridades policiais e judiciais, devido a barreiras várias de ordem prática, social e estrutural, que impedem as vítimas de dar este passo. A violência motivada pelo ódio e os crimes correspondentes constituem graves atentados aos mais basilares direitos humanos fundamentais, afetando não só as suas vítimas, mas também as comunidades a que estas pertencem e a sociedade em geral.

O programa da conferência prevê a apresentação de ferramentas de sensibilização e de treino multidisciplinar de profissionais, por forma a melhorar a resposta do sistema de justiça criminal às necessidades atuais das vítimas. As comunicações dos oradores convidados vão abordar as questões mais prementes relacionadas com os direitos e necessidades das vítimas de crimes de ódio, promovendo a reflexão sobre temas como o impacto do ódio propagado online, a igualdade e a discriminação racial em Portugal, a prevenção e o combate aos crimes de ódio, entre outros.

A Conferência "Ódio Nunca Mais" é a atividade final do projeto "Ódio Nunca Mais: Formação e Sensibilização para o Combate aos Crimes de Ódio e Discurso de Ódio". O projeto, promovido pela APAV, conta com o co-financiamento do Programa Justiça da União Europeia e com a parceria nacional da Polícia Judiciária e Procuradoria-Geral da República, a parceria associada da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e ainda com parceiros Europeus como a Faith Matters (Reino Unido), Solidarci (Itália), Swedish Crime Victim Compensation and Support Authority (Suécia), Victim Support Austria (Áustria) e Victim Support Malta (Malta).

Na conferência será apresentada uma nova campanha de sensibilização sobre crimes de ódio, promovida no âmbito do Projeto "Ódio Nunca Mais", que contará com a divulgação de parceiros internacionais. Serão também divulgadas, no mesmo dia, novas estatísticas da APAV sobre apoio a vítimas de discriminação.

Fonte: APAV

APAV lança campanha de combate aos crimes de ódio

Colocado por redacção em Setembro 29, 2018



A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima pôs em marcha o movimento “**Respect Battles**”, com o lema “**Combate o ódio com respeito**”.

A campanha pretende combater crimes e discurso de ódio através da música, mais propriamente o hip-hop, inspirando-se nas “rap battles” em que os *rappers* se defrontam mas alterando radicalmente o conceito.

Com a participação de cinco figuras do hip-hop português, Malabá, ACE, M7, Papillon e Estraca, a APAV quer combater os crimes e discurso de ódio, convidando os artistas a embarcarem nas tais “respect battles”, qualquer coisa como “batalhas de respeito” em português.

Assim, os protagonistas são colocados frente-a-frente com as vítimas, gerando-se uma dinâmica em que não são trocados insultos, mas sim palavras de respeito.

De acordo com a APAV, cada uma das batalhas tem como alvo quatro crimes de ódio: ódio étnico e racial (ACE); ódio a pessoas LGBTI+ (M7); ódio e intolerância religiosa (Papillon); e ódio a imigrantes e refugiados (Estraca). O rapper Malabá criou um tema geral, no qual são abordados os outros quatro tipos de crimes de

ódio. Cada um destes artistas protagoniza um filme, e será apresentado um filme novo em cada semana.

A campanha Respect Battles foi desenvolvida no âmbito do projeto “Ódio Nunca Mais: Formação e Sensibilização para o Combate aos Crimes de Ódio e Discurso de Ódio”. O projecto conta com o cofinanciamento do Programa Justiça da União Europeia e com a parceria nacional da Polícia Judiciária e da Procuradoria-Geral da República, bem como com a parceria associada da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e ainda com várias organizações europeias parceiras.

Assista ao primeiro vídeo, com Malabá como protagonista, no [seguinte endereço do Youtube](#).

MARKETEER

APAV apresenta rap battles contra o ódio

26/09/2018 Notícias 0



E se as rap battles não fossem baseadas em ofensas e insultos mas, sim, em protestos contra o ódio? A mais recente campanha da APAV dá vida a esta hipótese, apresentando um conjunto de batalhas musicais protagonizadas por artistas como Malabá, ACE, M7, Papillon e Estraca.

Com criatividade da Carmen, agência criativa do YoungNetwork Group, a campanha surge no âmbito de um novo movimento da APAV, designado #respectbattles. Em cada uma das quatro batalhas que constituem o projecto – e que serão lançadas semanalmente – é representado um crime de ódio: racial, LGBTI+, religião e migrantes/refugiados

Além de Portugal, a campanha também terá expressão no Reino Unido, Malta, Áustria, Itália e Suécia.

Ana Luísa Paiva, Chief Operations Officer do YoungNetwork Group, explica que a causa da campanha desafiou a agência «a ir mais longe na concretização da criatividade e o resultado traduziu-se numa campanha universal que vai transformar o respeito e os direitos humanos na nova tendência e mostrar ao mundo a criatividade nacional».

Rappers «gritam palavras de respeito»

Texto J.B. | Foto APAV | 29/09/2018 | 11:28



Cinco rappers portugueses estão envolvidos em igual número de videoclips que incidem sobre quatro crimes de ódio: ódio étnico e racial, intolerância religiosa, ódio a imigrantes e refugiados e ódio a pessoas LGBTI+

IMAGEM

A+ A- ENVIAR IMPRIMIR COMENTAR PARTILHAR

PORTUGAL ANTERIOR SEGUINTE

O rapper Malabá dá voz a um vídeo que supera discursos de intolerância religiosa, ódio étnico, racial, a imigrantes, refugiados e a pessoas LGBTI+. O vídeo foi lançado esta semana, e serão divulgados mais quatro, nos próximos dias 1, 8, 15 e 22 de outubro, que serão protagonizados por mais quatro artistas do hip-hop português: ACE, M7, Papillon e Estraca, respetivamente.

Os vídeos inspiram-se em 'batalhas musicais', marcadas pelo ódio, ofensas e insultos, mas, nesta iniciativa, os músicos «em vez de gritarem palavras de ódio, gritam palavras de respeito», informam os serviços de comunicação da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), promotora desta iniciativa, batizada com o nome «Respect battles».

Através desta campanha, os seus promotores pretendem superar «crimes e discursos de ódio». A ação de sensibilização «Respect battles» foi elaborada no âmbito do projeto «Ódio nunca mais: formação e sensibilização para o combate aos crimes de ódio e discurso de ódio».

APAV lança movimento Respect Battles

26 SETEMBRO 2018

Campanha pretende combater crimes e discurso de ódio através da música. A **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)** lança hoje o movimento #respectbattles, uma campanha com o objetivo de combater crimes e discurso de ódio, protagonizada por cinco figuras do hip-hop português: **Malabá, ACE, M7, Papillon e Estraca**.

A campanha inspira-se no conceito das Rap Battles, as batalhas musicais que têm o ódio como génese e onde são trocadas ofensas e insultos, à semelhança do que acontece na relação entre quem odeia e quem é alvo desse ódio. Nesta campanha, **a luta é contra o ódio e não contra as pessoas**. Aqui, os protagonistas são colocados frente-a-frente com as vítimas – que, em vez de gritarem palavras de ódio, **gritam palavras de respeito**.

Cada uma das batalhas tem como alvo quatro crimes de ódio: ódio étnico e racial (ACE); ódio a pessoas LGBTI+ (M7); ódio e intolerância religiosa (Papillon); e ódio a imigrantes e refugiados (Estraca). O rapper Malabá criou um tema geral, no qual são abordados os quatro crimes de ódio. Cada um destes artistas protagoniza um filme, e será apresentado um filme novo em cada semana.

Para João Lázaro, Presidente da APAV, "Os crimes de ódio são um dos tipos de crime menos reportados às autoridades, devido a barreiras que impedem as vítimas de dar este passo. Ao darmos um twist a essas batalhas, transformando-as numa luta contra o ódio e não contra as pessoas, chegamos ao conceito desta campanha. Pretendemos com esta iniciativa combater e criminalizar o ódio com integração e igualdade, combater o ódio com respeito e transformar estas batalhas numa luta positiva de transmissão de mensagens que promovam o empowerment das vítimas", conclui o responsável.

Para Ana Luísa Paiva, Chief Operations Officer do YoungNetwork Group, "a CARMEN assina esta campanha, mais uma vez em parceria com a APAV, colocando a sua criatividade ao serviço de uma causa como o combate ao ódio, um sentimento que atinge nos dias de hoje uma proporção inigualável. Esta causa desafiou-nos, durante o processo de desenvolvimento do conceito, a ir cada vez mais longe na concretização da criatividade e o resultado traduziu-se numa campanha universal que vai transformar o respeito e os direitos humanos na nova tendência e mostrar ao mundo a criatividade nacional", conclui a responsável.

A **campanha Respect Battles** foi desenvolvida no âmbito do projeto "**Ódio Nunca Mais: Formação e Sensibilização para o Combate aos Crimes de Ódio e Discurso de Ódio**". Este projeto, promovido pela APAV, conta com o cofinanciamento do Programa Justiça da União Europeia e com a parceria nacional da Polícia Judiciária e da Procuradoria-Geral da República, bem como com a parceria associada da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e ainda com organizações europeias parceiras - Faith Matters (Reino Unido), Solidarci (Itália), Swedish Crime Victim Compensation and Support Authority (Suécia), Victim Support Austria (Áustria) e Victim Support Malta (Malta). O movimento Respect Battles será também difundido nos países das entidades parceiras.

É hoje apresentado o primeiro vídeo, da autoria de Malabá. [Vídeo Malabá #respectbattles \(Youtube\)](#)

Os restantes vídeos serão apresentados nas próximas datas:

- ACE – 1 de outubro
- M7 – 8 de outubro
- Papillon – 15 de outubro
- Estraca – 22 de outubro

APAV pede mais formação dos magistrados sobre abuso sexual de mulheres

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reclamou hoje “maior investimento” na formação de magistrados para se evitar decisões judiciais como a que confirmou penas suspensas a dois homens que abusaram sexualmente de uma mulher numa discoteca.

Para a APAV, “decisões como esta reforçam a necessidade de um maior investimento na formação dos magistrados sobre estas matérias, não tanto no que se refere ao enquadramento legal que baliza o julgamento da causa, mas na análise mais vasta da factualidade em apreciação”.

Impõe-se, segundo um comunicado da associação de apoio à vítima, “a multiplicação de esforços que permitam dotar os julgadores de maior e melhor conhecimento multidisciplinar e, simultaneamente, mitigar alguns mitos e estereótipos sociais e culturais nefastos para uma boa decisão”.

O Tribunal da Relação do Porto recusou, em 27 de Junho, um pedido do Ministério Público para transformar em prisão efectiva a pena suspensa decidida para os dois homens no tribunal de primeira instância de Vila Nova de Gaia.

Os desembargadores que assinaram o acórdão, incluindo o dirigente da Associação Sindical de Juízes Manuel Soares, argumentaram que “a culpa dos arguidos situa-se na mediania, ao fim de uma noite com muita bebida alcoólica” e num “ambiente de sedução mútua”.

A APAV contrapõe que justificar a diminuição da culpa dos arguidos pela prática de actos sexuais sem consentimento da vítima com base no facto de ter sido “uma noite com muita bebida alcoólica” e num suposto ambiente de sedução “significa, sem meias palavras, atribuir alguma culpa à vítima pelo que sucedeu”.

E isso, enfatiza, “é inaceitável e bem demonstrativo aliás de visões de género estereotipadas e da conseqüente tolerância com que actos extraordinariamente violentos ainda são encarados no seio da nossa sociedade”.

Ainda na perspectiva da APAV, num estado de direito democrático, “a sociedade deve acatar e respeitar toda e qualquer decisão proferida pelos tribunais”, mas o poder judicial também “deve aceitar a liberdade de opinião, respeitar o direito à crítica e, até, participar no debate, contribuindo para um cabal entendimento das decisões por parte da comunidade”.

Após as primeiras reacções críticas ao acórdão, a Associação Sindical dos Juízes Portugueses veio sublinhar, em comunicado, que os tribunais “não têm agendas políticas ou sociais, nem decidem em função das expectativas ou para agradar a associações militantes de causas, sejam elas quais forem”.

A associação representativa dos magistrados judiciais observou também que, no caso de Vila Nova de Gaia, “não é verdade que tivesse havido violação, que no sentido técnico-jurídico constitui um tipo de crime diferente, punível com pena mais grave”.

A APAV concorda que os dois homens foram condenados por um crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência e não por violação, mas sublinha que “a reiterada colocação da tónica nesta distinção pode transmitir uma ideia de diferença substancial ao nível da gravidade das condutas, ideia que não corresponde à realidade”.

Os dois crimes, refere, “partilham um elemento essencial -- a ausência de consentimento -- e a moldura penal é aproximada no seu limite mínimo (três anos no caso da violação, dois anos no caso de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência) e igual no seu limite máximo (10 anos)”.

O caso ocorreu em novembro de 2016 numa discoteca de Vila Nova de Gaia e a vítima, de 26 anos, chegou a estar inconsciente por excesso de consumo de álcool, mas os dois homens alegaram sempre que ela consentiu as relações sexuais.

Em 8 de Fevereiro de 2018, o Tribunal de Vila Nova de Gaia condenou os dois arguidos a pena de prisão de quatro anos e meio, suspensa na sua execução, pela prática, em autoria material, de um crime de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência.

O Ministério Público recorreu, pedindo condenação a pena efectiva, mas os juízes do Tribunal da Relação do Porto mantiveram a condenação em primeira instância num acórdão de 27 de Junho.

O acórdão motivou já um protesto público, numa praça do Porto, ao final da tarde de quarta-feira, estando agendados outros hoje e sexta-feira, em Coimbra e Lisboa, respectivamente.

Delas

Acórdão do Porto: APAV diz que suspensão da pena é “um sinal perigoso”

ANA TOMÁS



Porto, 26/09/2018 - Protesto, na Praça Amor de Perdição, contra pena suspensa para acusados de violar jovem. [Fotografias: Artur Machado / Global Imagens]

A **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)** considera ser “um sinal perigoso”, a opção do **Tribunal da Relação do Porto** em manter **a pena suspensa** aos dois homens condenados por terem abusado sexualmente de uma jovem inconsciente, em 2016, numa discoteca de Vila Nova de Gaia.

“A suspensão da execução da pena de prisão é não apenas um desfecho surpreendente mas sobretudo um sinal perigoso”, refere a APAV em comunicado divulgado à imprensa, em reação ao acórdão.

[LER MAIS](#) ↓

APAV/Braga apoiou o ano passado 280 vítimas directas de crime

Violência doméstica continua a ser o drama mais atendido no Gabinete de Apoio à Vítima da APAV em Braga. Estrutura está a completar 25 anos de actividade.

O Gabinete de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acompanhou, no ano de 2017, 280 vítimas directas de crime, revelou ontem, na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, a coordenadora Marta Mendes. No seminário 'A vítima e os serviços de apoio', com o qual se assinalaram os 25 anos do Gabinete da APAV, aquela responsável apontou o "trabalho em rede" como estratégia obrigatória no apoio às vítimas directas e indirectas de crime. Na área de intervenção directa do Gabinete sediado na Junta de Freguesia de S. Victor, que corresponde aos distritos de Braga e Viana do Castelo, os técnicos da APAV abriram 335 processos no ano transacto, identificando 771 crimes de diversa natureza. Para além dos recorrentes crimes de violência doméstica, são relevantes os casos de homicídio tentado e abuso de natureza sexual sobre crianças e jovens.

No seminário que assinalou os 25 anos do terceiro mais antigo Gabinete de Apoio à Vítima do país, o comissário Ricardo Amaral, do comando de Braga da PSP, informou que, no primeiro semestre deste ano, foram sinalizados por esta força de segurança, no distrito de Braga, 297 casos de violência doméstica, número que alinha os registos verificados em 2015, 2016 e 2017. O ano passado, a PSP de Braga acompanhou 615 casos de violência doméstica, contra 612 em 2016 e 587 em 2015.

Ricardo Amaral sinalizou o aumento dos casos de violência doméstica sobre idosos nos anos mais recentes, se bem que as mulheres se mantenham como o grupo mais vulnerável e este tipo de crime.

O comissário da PSP destacou também que mais de uma centena das denúncias de casos de violência doméstica são repetições de ocorrências anteriores e que em cerca de uma terça dos casos os crimes foram presenciados por menores.

Da parte da GNR, o cabo chefe Alberto Mendes apontou 80 crimes de violência doméstica entre cônjuges e análogos em 2017. No primeiro semestre deste ano, os militares da GNR em serviço no distrito de Braga receberam 73 denúncias do mesmo tipo de crimes, o que configura uma tendência de subida deste fenómeno.

Participante no seminário organizado pela APAV, o vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, Firmino Marques, considerou de "extrema importância para a comunidade" a acção desenvolvida por aquela associação nos últimos 25 anos.

"Esta causa não deveria existir, mas todos somos poucos para dar corpo a esta batalha", declarou o autarca.

O 25.º aniversário do GAV de Braga tem sido assinalado com diversas iniciativas ao longo do corrente ano. A 12 de Abril foi inaugurada a renovação das instalações do gabinete.



Jorge Sampaio na 1ª Gala dos Jovens Advogados

A I Gala ANJAP - que decorre na sexta-feira- conta já com o Alto Patrocínio do Presidente da República e o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Jorge Sampaio, APAV e Rock 'N' Law serão homenageados.

A Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP) organiza este ano, pela primeira vez, a I Gala da ANJAP, marcada para dia 21 de setembro, sexta-feira, em Lisboa.

A ANJAP é a maior e mais antiga associação dos advogados portugueses com menos de 15 anos de profissão. O evento vai contar com a presença do ex-Presidente da República Jorge Sampaio, que será homenageado, e ainda da ministra da Justiça Francisca Van Dunem.

“Este ano, focada na missão solidária e no fomento do convívio e do diálogo geracional entre advogados, a ANJAP irá organizar a I Gala ANJAP, que conta já com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República e o apoio da Câmara Municipal de Lisboa”, segundo o que fonte oficial da Associação explicou à Advocatus. O evento tem o Alto Patrocínio de Marcelo Rebelo de Sousa e será ainda apoiado pela Câmara Municipal de Lisboa.

Na cerimónia será ainda entregue um prémio ao ex -Presidente da República Jorge Sampaio, à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e ainda ao Rock 'N' Law (pelos dez anos de existência).



ORDEM DOS
ADVOGADOS

I Gala dos Jovens Advogados

21 DE SETEMBRO, 2018



I GALA LANJAP

Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses

O Futuro da Advocacia

A **I Gala dos Jovens Advogados** realiza-se já no próximo dia 21 de Setembro, organizada pela Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses (ANJAP) e tem como objectivos o fomento e o diálogo geracional entre advogados e também a missão solidária.

Irá contar com o Alto Patrocínio do Presidente da República e o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Irão estar presentes, entre outras personalidades, o Bastonário da Ordem dos Advogados, Guilherme Figueiredo, assim como outros membros dos Conselhos Regionais, e a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem.

Entre os homenageados, encontra-se o ex-Presidente da República Jorge Sampaio, o grupo Rock 'N' Law e a associação APAV, para quem serão revertidos todos os proveitos da gala.

Decorrerá no pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa, e tem como mote "O Futuro da Advocacia em Portugal".

A ANJAP é uma associação fundada em 2001, com o objetivo de representar jovens advogados e advogados-estagiários em Portugal, empenhada na organização de iniciativas e eventos úteis aos seus destinatários e que contribuam para o seu enriquecimento pessoal e profissional.

Podem consultar mais informações sobre o evento, [aqui](#).



Enfrentamento à violência doméstica: ministro visita ONG em Portugal

Nesta sexta-feira (28), no âmbito da missão Intercâmbio Brasil-União Europeia, que visa enfrentar a violência doméstica, o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, e o secretário executivo do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), Engels Muniz, visitaram a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em Lisboa, Portugal. Na ocasião, eles conheceram o disque-denúncia da organização não governamental, além de discutirem pautas relevantes para o acolhimento às vítimas de violência.

“Estamos aqui para conhecer e trocar experiências no tocante ao formulário de risco envolvendo a violência, principalmente a violência doméstica. No Brasil, o combate à violência contra a mulher está se tornando prioritária do Ministério, vários avanços estão sendo feitos. Essa troca de experiências fortalece e contribui para que mudanças sejam implementadas, e que possamos conscientizar, e fazer com que a realidade hoje existente, de violência contra a mulher, seja mudada”, disse o ministro.

A APAV tem função semelhante à Casa da Mulher Brasileira. A ONG portuguesa acolhe vítimas de violências, sejam mulheres, pessoas idosas, crianças, adolescentes, entre outros.

Casa da Mulher Brasileira

A Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos do programa Mulher, Viver sem Violência, coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), facilita o acesso aos serviços especializados para garantir condições de enfrentamento da violência, o empoderamento da mulher e sua autonomia econômica. É um passo definitivo do Estado brasileiro para o reconhecimento do direito de as mulheres viverem sem violência.

A Casa é um espaço humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência. Integra no mesmo espaço serviços especializados: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes.

Em Portugal, conselheiros do CNMP desenvolvem ferramenta de combate à violência doméstica

Publicado em 28/9/18, às 14h46.

Curir 0 Compartilhar Tweetar



Nos dias 26 e 28 de setembro, a delegação brasileira em Portugal integrada pelos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Gustavo Rocha, Valter Shuenquener e Luciano Maia participou de laboratório na Associação de Proteção às Vítimas (APAV), em Lisboa, para desenvolver e verificar, na prática, a funcionalidade do formulário de risco para a prevenção da violência doméstica contra a mulher.

O objetivo principal do laboratório na APAV é desenvolver e iniciar testes de um documento técnico que permita fazer uma avaliação de risco da vítima (risk assessment) de violência doméstica. Tendo como referência a informação compilada pelo Cadastro Nacional de Violência Doméstica (CNVD), instituído pela **Resolução CNMP nº 135/2016**, e os estudos científicos sobre o tema, pretende-se elaborar um formulário nacional de avaliação de risco para a análise da gravidade do risco que a mulher vítima de violência corre de ser novamente agredida no curso da apuração do delito ou até de ser vítima de feminicídio em decorrência de uma denúncia.

A APAV é uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos e de participação voluntária, que apoia, de forma individualizada, qualificada e humanizada, vítimas de crimes, através da prestação de serviços gratuitos e confidenciais. Há um segmento da associação que cuida, especificamente, da temática da violência doméstica, promovendo ações de proteção às vítimas desse tipo de delito.

Segundo o conselheiro Valter Shuenquener, “a expertise da APAV no atendimento a vítimas de violência doméstica permite uma fase preliminar de testes da efetividade do formulário de risco que se deseja implementar no Brasil.”

Por sua vez, o conselheiro Gustavo Rocha, que também é o ministro de Direitos Humanos, ressaltou que “a experiência da APAV na proteção das vítimas de violência doméstica será fundamental na estratégia de desenvolvimento do formulário de risco efetivo no Brasil.”

Na oportunidade, a representante da APAV, Rosa Saavedra, disse que “a gestão do risco tem que ser feita em prol da vítima. Nosso foco é a proteção da vítima”.

O laboratório na APAV faz parte da estratégia desenvolvida no âmbito do Projeto Diálogos Setoriais do CNMP em conjunto com a União Europeia.

Foto: CDDF/CNMP.

Assessoria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público
Fone: (61) 3315-9424
jornalismo@cnmp.mp.br
Twitter: [cnmp_oficial](#)
Facebook: [cnmpoficial](#)